

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO VELHO

Evelin do Lago Ferreira¹, Evelyn Eduarda Soares Dantas², Glenira Laênia de Oliveira³, Rosa Assis⁴, Isabel Martins de Oliveira Neta⁵, Thiago Barisson de Mello Oliveira⁶

1 Graduada de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
evellinlago87@gmail.com

2 Graduada de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
evelyneduarda718@gmail.com

3 Graduada de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
edsonmenezesassis2019@gmail.com

4 Graduada de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
kamariharu72@gmail.com

5 Graduada, Afya Centro Universitário São Lucas,
sememail@gmail.com

6 Docente, Afya Centro Universitário São Lucas,
thiago.barisson@afya.com.br

INTRODUÇÃO: As comunidades ribeirinhas de Porto Velho representam um contexto social e geográfico peculiar, marcado pelo isolamento e pelas dificuldades de acesso a serviços essenciais. Nesse cenário, a efetivação dos direitos fundamentais, como Educação, Saúde, Segurança, Moradia e Lazer, encontra desafios significativos, tornando-se um tema relevante para análise e intervenção do poder público. A justificativa deste estudo se apoia na necessidade de compreender como a realidade ribeirinha impacta o exercício desses direitos, considerando que a marginalização e a vulnerabilidade social dessas populações comprometem seu desenvolvimento integral e sua qualidade de vida. **OBJETIVO:** O objetivo do trabalho é analisar a situação do acesso aos direitos fundamentais nas comunidades ribeirinhas de Porto Velho, identificando lacunas e dificuldades enfrentadas pelos moradores, bem como apontando estratégias que possam promover maior inclusão social e proteção legal. **METODOLOGIA:**

A metodologia adotada baseou-se em pesquisa documental, com análise de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e relatórios de órgãos públicos municipais e estaduais, além de revisão bibliográfica sobre políticas públicas voltadas para populações ribeirinhas e estudos acadêmicos sobre direitos fundamentais e vulnerabilidade social. Complementarmente, foram considerados relatos de organizações da sociedade civil que atuam junto às comunidades ribeirinhas, permitindo a aproximação com a realidade prática desses grupos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados da análise evidenciam que o acesso à Educação é limitado pela escassez de escolas próximas e infraestrutura adequada, sendo comum a dependência de escolas flutuantes e transporte aquaviário precário. Crianças e adolescentes enfrentam dificuldades de frequência e acesso a material didático, impactando diretamente seu aprendizado. No campo da Saúde, a ausência de unidades médicas permanentes e a dificuldade de transporte, sobretudo em períodos de cheia, comprometem o atendimento preventivo e emergencial. Programas de vacinação e ações de saúde preventiva muitas vezes não alcançam todas as famílias, aumentando a vulnerabilidade a doenças endêmicas. A Segurança pública é precária devido à baixa presença de policiamento e às limitações de infraestrutura, expondo os moradores a riscos tanto de violência quanto de acidentes relacionados às condições ambientais. A Moradia apresenta vulnerabilidade significativa, com residências de madeira ou palafitas, suscetíveis a alagamentos e sem acesso adequado a saneamento básico. Essa situação compromete a dignidade, a saúde e o bem-estar dos moradores. Por sua vez, o direito ao Lazer é restrito, com a ausência de espaços estruturados de convivência e recreação; embora atividades culturais e esportivas aquáticas naturais sejam comuns, elas não substituem a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar e do desenvolvimento social. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, apesar da riqueza cultural e natural das comunidades ribeirinhas, o acesso aos direitos fundamentais permanece limitado, exigindo políticas públicas integradas, adaptadas às características geográficas e sociais locais. Investimentos em educação fluvial, unidades de saúde móveis, segurança hídrica, moradia adequada e programas de lazer e cultura podem promover maior inclusão social, proteção e qualidade de vida. A análise evidencia que a efetivação desses direitos não depende apenas da legislação vigente, mas de uma articulação prática entre Estado e sociedade civil, capaz de superar barreiras estruturais e garantir que as comunidades ribeirinhas usufruam plenamente de seus direitos fundamentais.

Palavras- chave: Direitos Fundamentais. Comunidades Ribeirinhas. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas.

